

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.051.390 - SP (2017/0024111-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADOS : RICARDO LACAZ MARTINS - SP113694
TAIS DO REGO MONTEIRO - SP235222
AGRAVADO : MUNICIPIO DE BAURU
PROCURADOR : BERNADETTE COVOLAN ULSON - SP122967

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Protege S.A. - Proteção e Transporte de Valores contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 305-306):

DECADÊNCIA - Imposto sobre Serviços - Lançamento por homologação - Prazo decadencial quinquenal - Inteligência do art. 150, § 40 do Cód.Trib.Nacional:

- O prazo decadencial do imposto sobre serviços, cujo lançamento se opera por homologação, é de cinco anos do fato gerador (art. 150, § 40 do Cdd.Trib.Nacional).

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - Fracionamento dos serviços prestados -- Notório intuito de não recolher o tributo - Impossibilidade:

- Não se autoriza ao contribuinte o fracionamento dos serviços por ele prestados, quando a prática tem o evidente intuito de não fazer incidir o 155 sobre parcela do faturamento.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Fazenda Pública parcialmente vencida - Fixação - Moderação - Observância das alíneas 'a'; 'b' e 'c' do § 3º e 4º do art. 20 do CPC.

- A fixação de honorários advocatícios deve ser feita de modo a, sem exageros, remunerar dignamente o trabalho do patrono do vencedor, observando-se os termos das alíneas 'a'; 'b' e 'c' do § 3º e o § 4º do art. 20 do CPC.

Os embargos de declaração opostos pela contribuinte foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a requerente acusa violação do art. 9º do Decreto-Lei n. 406/1968.

Aduz, em síntese, que a atividade prestada pela empresa cinge-se ao transporte de valores, e que as atividades de contagem, envelopamento e acondicionamento de cédulas e cheques em cofres constituem atividades secundárias prestadas em caráter acessório e com a finalidade de viabilizar a prestação do serviço principal, razão pela qual não estariam sujeitas à tributação do ISSQN.

Contraminuta de agravo apresentada às e-STJ, fls. 376-377.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Esta Corte Superior possui entendimento de que o ISS recai sobre a prestação de serviços de qualquer natureza realizada de forma onerosa a terceiros e incide sobre a totalidade do preço do serviço pago, não havendo falar em fracionamento, à míngua da impossibilidade técnica de se dividir ou decompor o fato imponible.

Nessa esteira de entendimento é o precedente:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. FATO GERADOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VALORES. COBRANÇA DE PREÇO ÚNICO, NELE INCLUÍDOS OS SERVIÇOS AUXILIARES INDISPENSÁVEIS À CONSECUÇÃO DA ATIVIDADE FIM. BASE DE CÁLCULO: PREÇO COBRADO PELA TOTALIDADE DO SERVIÇO (LC 116/03, ART. 7º; DL 406/68, ART. 9º). RECURSO IMPROVIDO. (REsp 901.298/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 3/11/2008)

Portanto, descabido o fracionamento dos serviços de transporte de valores para fins de incidência do ISSQN, pois o preço do serviço já considera toda a atividade prestada, inclusive a acessória ou preparatória, mas necessária e indissolavelmente ligada à execução da atividade fim.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator